

MEIO AMBIENTE

Órgão

Ministério do Desenvolvimento Regional

Representação

Grupo de Acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do rio Paraguai (GAP Paraguai)

Representantes



Titular

Wilson de Azevedo Filho

Associação das Empresas Mineradoras das Águas Termais de Goiás (Amat)

(Compareceu)



Assessor

Cristiane de Souza Soares

Especialista Executiva

Assessoria de Gestão das Representações (CNC)

(Compareceu)

Ações

Reunião ordinária realizada no dia 6 de maio de 2021

O especialista em Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Flávio Tröger, fez uma breve contextualização sobre os informes relativos à atualização do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Rio do Paraguai (PRH Paraguai), em função dos resultados das ações já implementadas e da Sala de Crise do Pantanal.

Coordenador de Eventos Críticos da ANA, Vinicius Roman apresentou as atividades da Sala de Crise do Pantanal, criada em setembro de 2020, e destacou os atores e instituições envolvidas. Ele esclareceu que o grupo teve poucas possibilidades de alterar a situação hídrica da região, mas que foi fundamental para divulgação de dados e informações da região do Pantanal, envolvendo diferentes grupos. Foi informado que o grupo estava inativo devido ao período chuvoso.

▪ Agenda do processo de atualização do PRH Paraguai

Marcelo Mazzola, especialista em Recursos Hídricos da ANA, informou que o desafio no momento era encontrar recursos para viabilizar a implementação do Plano. Segundo ele, a Agência avançou em algumas ações pontuais, mas a grande parte será implementada por meio de iniciativas com organismos internacionais e agências financiadoras, destacando três ações que estão em curso. A primeira é com fundo da *Global Environment Facility* (GEF), aprovado em maio de 2020; e segunda é o projeto bilateral da ANA com o Banco Interamericano Desenvolvimento (BID), com foco na implementação de um conjunto menor de ações do Plano; e o terceiro, já na fase de licitação, é o acordo trinacional Brasil-Bolívia-Paraguai, cujo foco é a modelagem total da Bacia.

Consultora para o setor hidrelétrico em Gestão de Recursos Hídricos da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel), Maria Aparecida Vargas disse que sentiu falta de uma planilha sobre o estágio de implementação dos programas e,

também, de ações de curto prazo identificadas no Manual Operativo do Plano (MOP), o que facilitaria a realização de propostas de atualização. Isso considerando que os estudos dos empreendimentos hidrelétricos são apenas parte dentre as várias ações do Plano. Ficou definido que a apresentação desta planilha será feita na próxima reunião.

- Aspectos institucionais relativos ao Grupo de Trabalho (GT Paraguai) – acompanhamento da implementação do PRH Paraguai

Presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRHidro), Synara Broch chamou a atenção sobre o produto do GT e o prazo de encerramento. O coordenador do GAP Paraguai, Luiz Henrique Noquelli, ressaltou o Decreto nº 10.000/2019, referente ao número máximo de dez membros e duração de um ano e finalidade determinada.

Representante da Associação das Empresas Mineradoras das Águas Termais de Goiás (Amat), Wilson de Azevedo lembrou que o acompanhamento é realizado sobre os produtos que serão feitos, que estão sendo feitos e os que foram entregues. E que isso é realizado em todas as fases de implementação do Plano. Se for somente sobre os entregues, não seria acompanhamento, mas uma supervisão.

Marlian Leão de Oliveira, representando o Ministério de Minas e Energias (MME), falou da necessidade da apresentação de um posicionamento final do grupo à Câmara Técnica de Planejamento e Articulação (CTPA), o que não foi possível pela extinção do GAP antes da finalização dos estudos. Ela esclareceu que é preciso fazer, ao menos, um relato com todas as considerações levantadas pelos integrantes do GT com relação aos estudos, não sendo necessário haver um consenso. O importante é fornecer informações para que a CTPA aprecie e decida o que fazer.

O MME e a Abragel ficaram de encaminhar, com cópia para a ANA, uma Nota Técnica com todas as colocações feitas nas apresentações para o GT Paraguai.

- Estudos de Avaliação dos Efeitos da Implantação de Empreendimentos hidrelétricos na Região Hidrográfica do rio Paraguai

Foram apresentadas pela Abragel as respostas referentes tanto à Nota Técnica do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc) quanto à Nota Informativa da ANA. As principais solicitações com relação aos estudos feitas pela Associação foram:

1. Adequação do Banco de Dados (inclusão de mais dados, formatação de documentos e melhor sistematização);
2. Criação de documento orientativo para uso do Banco de Dados;
3. Inclusão de abordagem das influências positivas dos aproveitamentos hidrelétricos (AHE) e da caracterização regras operativas dos empreendimentos;
4. Não priorização do uso da pesca na bacia;
5. Consideração a respeito da eficiência dos sistemas de transposição de peixes (STP);
6. Ampliação dos indicadores de qualidade da água;
7. Adoção de escala geográfica mais detalhada;
8. Revisão do número amostral para estudos de pesca, e maior detalhamento de estudos socioeconômicos;

9. Emprego de técnicas destinadas à integração de dados e análises geoespaciais (como análise multicritério), com avaliações de impactos sinérgicos e cumulativos, entre outros.

A Abragel considerou que os estudos apresentaram lacunas e fragilidades, então sugeriu que sejam tecnicamente empregados apenas para fins orientativos, não sendo plausível que embasem restrição aplicável à implantação de AHE na Região Hidrográfica do Rio Paraguai, seja no âmbito da gestão de recursos hídricos (inclusive no PRH), seja em processos de licenciamentos de empreendimentos hidrelétricos na área ambiental.

A pesquisadora Debora Calheiros, representante da Fonasc, criticou a manifestação da Abragel ao falar que o parecer por ela apresentado era subjetivo e ideológico. Ela defendeu que o estudo trouxe informações técnicas sobre o impacto das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) no Pantanal e, também, sobre os processos hidrológicos e ecológicos/ictiológicos que precisam estar funcionando.

Debora salientou a importância de se deixar os poucos rios ainda restantes na Região Hidrográfica livres de barragens, para garantir a reprodução pesqueira de importância social, econômica e ecológica para a região, como comprovaram os estudos científicos que embasaram a tomada de decisão do Plano. Isso não implicaria em priorizar o uso da pesca na bacia, mas em conter a proliferação de empreendimentos hidrelétricos para garantir os demais usos.

Clóvis Valiant, pesquisador do Instituto Gaia, informou que, durante a elaboração do Plano, foi apresentado somente o diagnóstico da agenda cinza, reforçando a necessidade de apresentar o prognóstico e de atualização do plano. Ele reforçou a posição da Debora, mas também concordou com alguns pontos apresentados pela Abragel sobre a ausência de dados relativos aos impactos do entorno, como agricultura de subsistência, que não foi considerada nos estudos. Segundo Valiant, os impactos dos usos múltiplos precisam considerar também os impactos territoriais.

Reunião encerrada